

Infectologistas condenam falta de prevenção

A falta de vontade política para pôr em prática políticas de prevenção e tratamento de doenças endêmicas, segundo infectologistas consultados pelo **Estado**, é a principal causa da alta incidência no Brasil de enfermidades como dengue, hanseníase, leptospirose, cólera, malária e leishmaniose, apontadas no Relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) de 1998.

Segundo o infectologista Antonio Pignatari, da Universidade Federal de São Paulo, por tratar-se de doenças crônicas e de regiões pobres, o combate rende poucos dividendos políticos. Isso fica mais evidente no número de casos de hanseníase no País, que concentra 85% do total da América Latina: "A doença podia estar controlada, porque a prevenção e o tratamento

são relativamente baratos", diz.

Mais complexo é o combate à malária, pois não existe vacina e o controle do mosquito vetor, na Amazônia, é impossível: "Deveríamos investir em educação, para que as pessoas evitassem ser picadas nos horários em que o mosquito ataca", diz Pignatari.

Outras doenças exigem medidas caras, mas essenciais. "A cólera não teria vingado no País se houvesse saneamento básico", destaca o diretor da Divisão Médica do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, Vasco Carvalho Pedroso de Lima. "O pro-

blema é que saneamento é caríssimo e aparece pouco em termos políticos", diz José Carlos Seixas, da Superintendência de Controle de Endemias de São Paulo.

Também o combate à dengue, que cresce ano a ano no País, é caro: "Há alguns anos, o então ministro Adib Jatene elaborou um plano de erradicação da doença, mas não foi posto em prática por falta de dinheiro", diz Lima. E a situação

tende a piorar, frisa o infectologista Vicente Amato Neto, porque as verbas destinadas à saúde foram cortadas em quase 9%.

PLANO DE
ERRADICAÇÃO
DA DENGUE NÃO
FOI EXECUTADO